

06868

CPATU

2001

FL-06868



**Documentos**

ISSN 1517-2201

**Número, 86**

**Maior, 2001**

# Comportamento da Renda e da Mão-de-obra nas Comunidades Remanescentes dos Quilombos de Oriximiná



Comportamento da renda e da  
2001 FL-06868



31647-1

Embrapa

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

*Fernando Henrique Cardoso*  
Presidente

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**

*Marcus Vinícius Pratini de Moraes*  
Ministro

**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA**

**Conselho de Administração**

*Márcio Fortes de Almeida*  
Presidente

*Alberto Duque Portugal*  
Vice-Presidente

*Dietrich Gerhard Quast*  
*José Honório Accarini*  
*Sérgio Fausto*  
*Urbano Campos Ribeiral*  
Membros

**Diretoria-Executiva da Embrapa**

*Alberto Duque Portugal*  
Diretor-Presidente

*Dante Daniel Giacomelli Scolari*  
*Bonifácio Hideyuki Nakasu*  
*José Roberto Rodrigues Peres*  
Diretores

**Embrapa Amazônia Oriental**

*Emanuel Adilson de Souza Serrão*  
Chefe Geral

*Miguel Simão Neto*  
Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento

*Antonio Carlos Paula Neves da Rocha*  
Chefe Adjunto de Comunicação, Negócios e Apoio

*Célio Armando Palheta Ferreira*  
Chefe Adjunto de Administração

**Comportamento da Renda e da Mão-de-obra  
nas Comunidades Remanescentes dos  
Quilombos de Oriximiná**

Roberto Robson Lopes Vilar

Cleómenes Barbosa Castro

João Roberto Viana Corrêa

Antônio José Elias Amorim de Menezes

Mauro Farias Gato



Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:  
Embrapa Amazônia Oriental  
Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n  
Telefones: (91) 276-6653, 276-6333  
Fax: (91) 276-9845  
e-mail: cpatu@cpatu.embrapa.br  
Caixa Postal, 48  
66095-100 – Belém, PA

Tiragem: 200 exemplares

**Comitê de Publicações**

Leopoldo Brito Teixeira – Presidente  
Antonio de Brito Silva  
Expedito Ubirajara Peixoto Galvão  
Joaquim Ivanir Gomes

José de Brito Lourenço Júnior  
Maria do Socorro Padilha de Oliveira  
Nazaré Magalhães – Secretária Executiva

**Revisores Técnicos**

Alfredo Kingo Oyama Homma – Embrapa Amazônia Oriental  
Rui de Amorim Carvalho – Embrapa Amazônia Oriental

**Expediente**

Coordenação Editorial: Guilherme Leopoldo da Costa Fernandes  
Normalização: Silvio Leopoldo Lima Costa  
Revisão Gramatical: Maria de Nazaré Magalhães dos Santos  
Composição: Euclides Pereira dos Santos Filho

**O trabalho foi realizado em parceria com a  
Fundação Pró-Índio, de São Paulo**

VILAR, R.R.L.; CASTRO, C.B. de; CORRÊA, J.R.V.; MENEZES, A.J.E.A. de;  
GATO, M.F. Comportamento da renda e da mão-de-obra nas comuni-  
dades remanescentes de Oriximiná. Belém: Embrapa Amazônia Orien-  
tal, 2001. 41p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 86).

ISSN 1517-2201

1. Renda familiar-Oriximiná-Pará-Brasil. 2.Mão-de-obra. 3.Agricultura  
familiar.4.Comunidade quilombola.I. Título. II.Série.

CDD: 338.13098115

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ESTUDADA .....</b>	<b>7</b>
<b>ASPECTOS FÍSICOS E CLIMÁTICOS .....</b>	<b>7</b>
<b>RAÍZES HISTÓRICAS .....</b>	<b>8</b>
<b>ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....</b>	<b>10</b>
<b>FORMAS DE ORGANIZAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>A RENDA FAMILIAR QUILOMBOLA .....</b>	<b>16</b>
<b>COMPOSIÇÃO DA RENDA .....</b>	<b>21</b>
<b>COMPOSIÇÃO DA RENDA POR COMUNIDADE .....</b>	<b>23</b>
<b>A MÃO-DE-OBRA FAMILIAR QUILOMBOLA .....</b>	<b>26</b>
<b>TAMANHO E COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA .....</b>	<b>27</b>
<b>UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR .....</b>	<b>29</b>
<b>UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA POR COMUNIDADE ..</b>	<b>31</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA UTILIZADA .....</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>39</b>



# COMPORTAMENTO DA RENDA E DA MÃO-DE-OBRA NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DOS QUILOMBOS DE ORIXIMINÁ

Roberto Robson Lopes Vilar<sup>1</sup>  
Cleómenes Barbosa de Castro<sup>1</sup>  
João Roberto Viana Corrêa<sup>1</sup>  
Antônio José Elias Amorim de Menezes<sup>2</sup>  
Mauro Farias Gato<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes dos quilombos de Oriximiná têm sua base produtiva integrada por duas atividades principais e complementares: o extrativismo, com destaque para a castanha-do-pará e a prática de uma agricultura familiar voltada para o cultivo de culturas temporárias e permanentes. A extração de outros produtos da floresta (copaíba, andiroba, breu, cipós, etc.), a caça, a pesca e a criação de pequenos animais, completam a conformação do quadro produtivo quilombola. Uma fração dessa produção é comercializada e outra destinada ao consumo familiar.

Embora a dinâmica reprodutiva das unidades familiares quilombolas, há mais de um século, venha se caracterizando por uma situação de razoável equilíbrio, é possível perceber que essa reprodutibilidade se assenta em uma estrutura produtiva relativamente frágil.

---

<sup>1</sup>Eng.-Agrôn., M.Sc., Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal 48, CEP 66095-100, Belém, PA.

<sup>2</sup>Eng.-Agrôn., Técnico Especializado da Embrapa Amazônia Oriental.

<sup>3</sup>Eng.-Agrôn., Extensionista da Emater-Pará, BR 316, Marituba, Pará.

De acordo com Homma (1993), a evolução do extrativismo vegetal na Amazônia, historicamente, segue três estádios: a fase de expansão, caracterizada pelo incremento da extração, em consequência da abundância e qualidade das reservas; a fase de estabilização, quando ocorre um equilíbrio entre oferta e demanda, surgindo, já a partir desse ponto, dificuldades para o aumento da produção e consequente atendimento da demanda; a fase de declínio, que se manifesta pela queda da atividade extrativa, e a fase de plantio domesticado, momento em que se iniciam os plantios racionais dos produtos extrativos, já domesticados. O extrativismo da castanha-do-pará, segundo análise do autor, estaria na fase equilíbrio.

O estudo do comportamento da produção de castanha nas unidades familiares quilombolas tem indicado, de acordo com relato dos produtores, uma tendência de queda que estaria associada ao declínio da produtividade das castanheiras, dificuldade de acesso às áreas de maior potencial de produção e aumento da população coletora. Isto pode implicar em um impacto negativo no padrão de reprodutibilidade das famílias quilombolas, agravando suas condições de vida.

A configuração desse quadro sugere a necessidade de se por em prática algumas iniciativas que neutralizem tais problemas e, ao mesmo tempo, promovam melhoria no nível de renda familiar.

A introdução de novas alternativas econômicas e tecnológicas nas unidades familiares quilombolas deve, necessariamente, estar compatível com as especificidades, potencialidades e limites dessas unidades. Nesse sentido, dois aspectos merecem atenção especial: a natureza das intervenções e a disponibilidade de trabalho familiar.

No primeiro caso, deve-se observar que a introdução de mudanças em unidades familiares, segundo a abordagem neo-shumpeteriana, não pode ser radical e sim incremental, de modo a se evitar transformações bruscas nos sistemas de produção, prejudiciais ao processo de incorporação de tais mudanças.



No segundo caso, a unidade produção familiar, segundo Costa (1996), tende a regular o seu trabalho e a sua capacidade de absorver mudanças em função da potência de trabalho da família. Isto significa que a introdução de novas alternativas, portanto novos investimentos em trabalho, exige o conhecimento do potencial de trabalho familiar ou, mais especificamente, do fundo restante de força de trabalho disponível na unidade familiar, capaz de viabilizar esses novos investimentos.

Este trabalho estuda, em um primeiro momento, a renda familiar quilombola, quantificando seu valor e determinando a participação relativa dos seus componentes, com vistas à definição do nível de reprodução familiar. Em um segundo momento, preocupa-se em estudar a força de trabalho total existente na unidade familiar quilombola, a parcela comprometida com as atividades atuais e o saldo disponível para a introdução de novas atividades.

## **CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ESTUDADA**

### **ASPECTOS FÍSICOS E CLIMÁTICOS**

A região em estudo envolve um conjunto de dez comunidades situadas nas áreas do Erepecuru, Cuminã, Trombetas e Alto Trombetas, integrada à mesorregião noroeste do Estado do Pará, microrregião de Óbidos, abrangendo os Municípios de Óbidos e Oriximiná.

O clima é equatorial quente e úmido, e se caracteriza por apresentar temperaturas médias altas e precipitação pluviométrica relativamente abundante durante o ano todo. O nível de precipitação no mês menos chuvoso, em geral, é superior a 60 mm. A temperatura média anual é de 26°C, sendo que a mínima é de 22°C e a máxima alcança 31°C. A umidade relativa do ar média anual chega a 80%, enquanto a precipita-

ção pluviométrica é de 2.000 mm, destacando-se os meses de março, abril e maio como o período mais chuvoso (Sudam, 1984).

De acordo com Venturieri et al. (2000) predominam na área em estudo o solo Podzólico Vermelho-Amarelo Álico, textura média/argilosa cascalhenta em associação com o Latossolo Vermelho-Amarelo Álico, textura média cascalhenta. Estes solos, em geral, são ácidos e quimicamente pobres, o que limita o seu uso de forma mais intensiva.

Ao norte da área Erepecuru, dominadas por zonas serranas, ocorrem afloramentos rochosos associados aos solos Litolíticos, Cambissolos ou mesmo Podzólicos com diferentes fases de pedregosidade. Encontram-se também os Gleis Pouco Húmicos associados aos solos Aluviais.

A hidrografia da região é formada por uma rede de rios, furos e igarapés, sendo o principal deles o rio Trombetas e seus afluentes.

## RAÍZES HISTÓRICAS

A saga dos negros do Trombetas tem sua origem no século XVIII, com a importação de mão-de-obra, de origem africana, para o trabalho escravo nas fazendas e plantações de cacau no Baixo Amazonas, principalmente Santarém, Alenquer e Óbidos. Segundo Acevedo Marin & Castro (1993), o crescimento da importância do cacau na pauta de exportação colonial dinamizou a produção e gerou as condições necessárias para a importação da força de trabalho negra em substituição à mão-de-obra indígena, beneficiada pela Lei de 06/06/1755, que retirou o índio do regime escravista.

De acordo com Alden (1974), o cacau promoveu a colonização da Amazônia no século XVIII, gerando riqueza e significativos rendimentos à coroa. Contudo, essa fase de prosperidade foi afetada por graves variações nos preços do cacau

no mercado internacional, que associadas à precária tecnologia de produção, instabilidade das áreas de produção, sujeitas a fortes enchentes, transformaram a economia do Baixo Amazonas em uma economia instável, com reflexos na base da propriedade escravista.

A fuga dos escravos ao jugo impiedoso da escravidão coincide com esse período de instabilidade e fragilidade da propriedade escravista, voltada para a produção e exportação do cacau. O século XIX se constitui assim, no momento decisivo em termos da ruptura do negro com os grilhões da escravidão, organizando e empreendendo fugas, individuais e coletivas, em busca da liberdade.

O destino inicial foi o rio Curuá. Ali, por sobre as cachoeiras, já conquistadas, estabeleceram seus quilombos como medida de segurança às expedições de captura. Ao longo do tempo, foram conhecendo, avançando e ocupando o Trombetas e o Erepecuru. Alenquer foi o local de passagem para o alcance de locais mais distantes e seguros floresta adentro, através do emaranhado de rios, furos e igarapés, que conformam a hidrografia da região (Acevedo Marin & Castro, 1993).

A conquista da liberdade, propiciada pela fuga, não significou apenas o rompimento com o regime de submissão imposto pela sociedade escravocrata mas, principalmente, o aprendizado e a construção do conhecimento capazes de permitir a sobrevivência nesse novo ambiente, harmonizando a exploração dos bens e serviços ofertados pela natureza com os traços de sua identidade étnica e cultural. Foi assim, através da apropriação cotidiana do potencial da floresta e dos rios, da interação com a natureza, que os negros fugidos construíram seu domínio, sua territorialidade.

Os primórdios da ocupação da região do Trombetas correspondem ao início do século XIX (Acevedo Marin & Castro, 1993). Nesta região, os quilombolas organizaram-se, construíram famílias e articularam formas e estratégias de sobrevivência no isolamento desse universo natural.

Contudo, o território sobre as cachoeira, embora oferecesse segurança, impunha limites à dinâmica da sobrevivência do escravo fugitivo. A natureza acidentada do ambiente restringia a movimentação em busca dos meios necessários à consolidação da reprodução familiar quilombola. Assim, a descida das cachoeiras foi uma questão de tempo.

Abaixo das cachoeiras, sem o perigo constante do desafio da medição de forças com a natureza, os quilombos reelaboraram suas estratégias de vida e gradativamente articularam formas de ligação com a sociedade através do comércio dos produtos extraídos da floresta. Contribuindo, assim, de forma decisiva, na formação da base da economia agroextrativista da região do Trombetas.

As comunidades remanescentes dos quilombos que hoje vivem nesta região, passados quase dois séculos, continuam a saga dos seus antepassados. Mas a luta agora não é mais pela liberdade, esta já foi conquistada. A luta agora é pela conquista da terra, domínio dos seus ancestrais, e contra as formas de expropriação do capital mercantil que se perpetuam através dos tempos, recriando a escravidão, do quilombo já liberto, dentro de um novo contexto, disfarçada por amistosas relações de patronagem e compadrio.

## ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

As comunidades remanescentes dos quilombos de Oriximiná desenvolvem uma atividade produtiva marcadamente agrícola-extrativista que se caracteriza pela coleta da castanha-do-pará e outros produtos da floresta além da caça e da pesca, associado à prática de uma agricultura familiar voltada para o cultivo de culturas temporárias, permanentes e criação de pequenos animais.

Dos produtos do extrativismo, a castanha-do-pará representa o mais importante tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista da identidade étnica e cultural. A importância do extrativismo da castanha-do-pará, para os quilombolas, remonta ao tempo do escravo fugitivo quando, clandestinamente, negociavam o produto com comerciantes da região, como forma de prover o atendimento de outras necessidades de consumo da família. Os demais produtos extrativos, de menor importância econômica, se constituem em elementos apenas adicionais na formação da renda. A caça e a pesca, atividades voltadas basicamente para o abastecimento alimentar, são responsáveis pelo suprimento protéico da dieta alimentar dessas famílias.

No conjunto da produção agrícola, destacam-se como produtos principais a banana e a mandioca, esta voltada para o fabrico de farinha. Uma parte da produção é destinada ao consumo familiar e a outra é comercializada, permitindo o estabelecimento de laços parciais da unidade de produção com o mercado.

As comunidades quilombolas adotam um modo de produção tipicamente familiar, onde a gestão e a operação do processo produtivo são realizadas pelo trabalho da família. Nas atividades que exigem maior intensidade de trabalho, como preparo de área e capinas, é comum a prática do mutirão e da troca de dias.

Aqui a atividade extrativa não é incompatível com a prática da agricultura. Ao contrário, a sazonalidade do extrativismo da castanha-do-pará permite uma perfeita harmonia com a agricultura familiar, transformando-as em atividades complementares, distribuídas ao longo do ano, em função de um calendário definido por épocas próprias, ditadas pela natureza.

Nesse sentido, as receitas resultantes da comercialização da castanha-do-pará e dos produtos da agricultura familiar constituem os elementos de maior participação na formação da renda das famílias quilombolas, como será mostrado adiante.

Seguindo a lógica da unidade familiar típica, o lucro, conquanto grandeza integrante do horizonte da unidade familiar quilombola, não representa seu objetivo principal. A manutenção da família é o objetivo maior a ser perseguido, buscando atingir internamente o equilíbrio entre a satisfação das necessidades de consumo e o tempo de trabalho socialmente necessário para alcance dessa satisfação. Nesse contexto, não emergem ambições ou expectativas maiores que justifiquem a intensificação do trabalho, ou seja, o aumento da penosidade da força de trabalho. Ao longo dos anos, por mais de um século, com essa estratégia, as famílias quilombolas conseguiram se reproduzir em um convívio harmônico com a natureza. Esse saber, apropriado através de gerações, faz parte da cultura desse povo. De tal sorte que eventuais mudanças no processo de produção devem ser necessariamente incrementais e compatíveis com as especificidades do modo de produção quilombola.

Contudo a condição socioeconômica, resultante do modo de vida das comunidades quilombolas, possibilita apenas a reprodução simples da força de trabalho, restringindo a fruição de fatores sociais importantes para o estabelecimento de um nível de bem-estar mais compatível com as necessidades dessas populações remanescentes. Resta lembrar que as famílias, embora pobres, não são miseráveis, considerando-se que a segurança alimentar não está ameaçada.

## FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

As 27 comunidades quilombolas de Oriximiná, objeto deste estudo, estão integradas à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO.

O território quilombola jurisdicionado à ARQMO está dividido administrativamente em quatro áreas: Erepecuru,

Cuminã, Trombetas e Alto Trombetas, cada uma integrada por um determinado número de comunidades sob a responsabilidade administrativa de um coordenador e cada comunidade é representada por um líder. A área do Cuminã envolve apenas uma comunidade; Erepecuru, seis; Trombetas, oito; e Alto Trombetas, doze.

A organização social dos quilombos representa um traço característico de sua cultura, consolidado a partir das fugas dos seus ancestrais, quando a união do grupo era fundamental não apenas para o enfrentamento dos perigos presentes na natureza ao embrenharem-se pelas matas e rios, então desconhecidos, mas principalmente como estratégia de defesa diante das expedições punitivas.

Ao longo do tempo, esse espírito de solidariedade e de participação coletiva estruturou a base do modo de vida das comunidades quilombolas. Na esfera da produção ele se expressa pelo mutirão, troca de dias e outras práticas sociais, utilizadas para potencializar a força de trabalho em determinadas etapas do processo produtivo.

Esse sentido de coesão e participação conjunta também serve para explicar a natureza coletiva da posse e uso da terra. Aqui a terra deixa de ser um bem privado e se transforma em bem comum, regido por um sistema de normas e princípios próprios, definidores da essência do seu modo de produzir.

Organizadas em comunidades, as famílias quilombolas têm no centro comunitário o local das reuniões de conagração, das festas, comemorações, missas, etc. As reuniões periódicas, as atividades recreativas e de lazer servem para manter a identidade da população enquanto grupo social organizado, reforçando os laços de camaradagem e solidariedade, revificando a cultura ancestral, mantendo a coesão do grupo.

## METODOLOGIA

A pesquisa de campo para a elaboração deste estudo foi realizada em novembro de 1999 e envolveu uma amostra de dez, das 27 comunidades associadas à ARQMO, proporcionalmente distribuídas nas quatro áreas que conformam o território quilombola: Erepecuru, Cuminã, Trombetas e Alto Trombetas.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas, com o auxílio de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, trabalhando-se com uma amostra de 30% das famílias existentes em cada localidade, perfazendo um total de 98 famílias pesquisadas, selecionadas pelas próprias comunidades, observando a maior diversidade possível.

Aplicou-se um questionário simples, de modo a evitar a coleta de informações desnecessárias, composto de oito itens principais, capazes de registrar dados absolutamente necessários sobre: produção vegetal, animal e extrativa; despesas monetárias com a produção agrícola, animal e extrativa; rendas de outras naturezas; utilização da mão-de-obra e comercialização da produção. Os dados levantados mostraram-se perfeitamente suficientes para atender aos objetivos da pesquisa.

Para o cálculo da renda familiar, utilizaram-se as seguintes operações, segundo Costa (1995).

Renda Líquida Familiar = Rendimento Líquido do Trabalho Familiar + Rendas não Provenientes do Trabalho - Rendas Pagas a Terceiros.

Rendimento Líquido do Trabalho Familiar = Rendimento Líquido do Trabalho Familiar no Estabelecimento + Rendimento do Trabalho Familiar Fora do Estabelecimento.

Rendimento do Trabalho Familiar no Estabelecimento = Rendimento Bruto do Trabalho Familiar no Estabelecimento - Custos de Insumos e Custeio - Custos com Transporte e Transações - Remuneração do Trabalho de Terceiros.



O rendimento bruto do trabalho familiar no estabelecimento representa o somatório dos valores monetários de todos os produtos resultantes do trabalho, independente de sua destinação, se para venda ou autoconsumo. Deduzidos os custos, chega-se ao rendimento líquido do trabalho familiar no estabelecimento. Somando-se a este o rendimento gerado pelo uso da força de trabalho fora do estabelecimento, obtém-se o rendimento líquido do trabalho familiar. Acrescentando-se a este último as rendas não provenientes do trabalho (aposentadorias e ajudas externas) além de ganhos de natureza meramente mercantis e abatendo-se as rendas pagas a terceiros (renda da terra, meias, etc.) chega-se à renda líquida familiar.

Na determinação do potencial de trabalho disponível nas unidades familiares quilombolas para dar suporte à introdução de novas atividades econômicas, seguiu-se o modelo proposto por Costa (1993, 1994, 1996):

$$H_i = H_t - H_r$$

Onde

$H_i$  = trabalho potencialmente disponível na unidade familiar para novos investimentos

$H_t$  = trabalho total disponível na unidade familiar

$H_r$  = trabalho aplicado na operação da unidade familiar.

A força de trabalho da família foi quantificada em termos de homens/equivalentes, permitindo-se considerar homens e mulheres adultos iguais a 1 equivalente homem; maiores de 10 a 14 anos correspondentes a 0,5 unidade trabalho e jovens de 15 a 18 anos equivalente a 0,75.

A capacidade total de trabalho da unidade familiar foi expressa em dias/homem e obtida através da operação:

$H_t = n^a$  de homens equivalentes. x  $n^a$  de dias trabalhados / ano.

Para efeito de cálculo, considerou-se um dia/homem correspondente a uma jornada de trabalho de oito horas diárias e, adicionalmente, assumiu-se como parâmetro 300 dias de trabalho/ano.

O total de trabalho já comprometido com a operação da unidade familiar foi calculado como segue:

$$Hr = \sum_{i=1}^n Wlc_i \Rightarrow (Wlc_1 + Wlc_2 + Wlc_3 + \dots + Wlc_n)$$

Onde

$Wlc_i$  = trabalho aplicado em cada atividade produtiva que conforma a unidade de produção familiar.

De outra parte, procurou-se avaliar a dinâmica da mão-de-obra ao longo do ano, buscando-se identificar momentos de pico e retração, com vistas a subsidiar, de forma mais completa, o planejamento das atividades a serem introduzidas.

## A RENDA FAMILIAR QUILOMBOLA

A atividade produtiva das unidades familiares quilombolas determina um nível de produção, que se expressa por um valor bruto médio correspondente a R\$ 2.347,00 anuais. Esse valor inclui a produção oriunda do extrativismo, da agricultura familiar, pecuária familiar e pequenos animais. No extrativismo deixou-se de agregar o valor dos produtos da caça e da pesca, em face da inconsistência dos dados.

O valor bruto da produção representa portanto um primeiro elemento de importância para avaliação do esforço produtivo da unidade de produção familiar. Este valor mede o rendimento bruto do trabalho familiar na unidade produtiva, descontando-se os dispêndios, obtém-se o rendimento líquido do trabalho familiar, equivalendo à renda agrícola, neste caso particular, renda agro-extrativista.

Nas unidades familiares quilombolas, assim como nas unidades agrícolas familiares em geral, seguindo a lógica da parcialidade com relação ao mercado, uma parte da produ-

ção é comercializada e outra parte é destinada ao autoconsumo. Essa função dúplici de produção e consumo, característica da agricultura familiar, permite o exercício da alternatividade, principalmente em circunstâncias adversas de mercado.

O nível de autoconsumo pode ser determinado por diferentes fatores, entretanto merece destaque a natureza do sistema de produção utilizado e os produtos que conformam sua estrutura. Em geral, nas unidades familiares que adotam sistemas de produção compostos só por culturas temporárias (arroz, milho, feijão e mandioca) tendem a apresentar nível de autoconsumo maior, enquanto as unidades que utilizam sistemas de produção que conjugam culturas temporárias e culturas permanentes, a tendência é apresentar autoconsumo menor.

No caso específico das unidades quilombolas, os produtos do extrativismo (castanha-do-pará, copaíba, andiroba, cipó, breu, sementes, etc.), além da farinha e da banana, tem no mercado o destino de parte significativa da sua produção.

Na Tabela 1, verifica-se o esforço produtivo dessas unidades de forma mais detalhada.

Pode-se observar uma pronunciada diferenciação no valor bruto da produção entre as comunidades, variando de R\$ 860,00 a R\$ 4.038,00. Os dados da pesquisa mostram que as comunidades que conseguem alcançar maiores valores de produção são exatamente aquelas em que a agricultura familiar é mais forte, complementando de forma mais expressiva a produção derivada do extrativismo.

A variação do nível de autoconsumo entre as comunidades também se mostra significativa, oscilando entre 20% a 46%, servindo para expressar diferentes graus de integração ao mercado. Entretanto, o mais importante a reaver é que a participação das unidades familiares quilombolas no mercado não é irrelevante, pelo contrário, em termos médios, 72% do valor da produção dessas unidades é transacionado no mercado, aproximando-se de comunidades, como por exemplo Nova Colônia, no município de Capitão Poço, onde a participação no mercado alcança 79%.

**Tabela 1.** Valor bruto da produção, valor bruto da produção consumida, valor bruto da produção vendida e autoconsumo das unidades familiares quilombolas, 1999 (valores médios por comunidade).

Comunidade	VBPC (R\$)	VBPV (R\$)	VBP (R\$)	Autoconsumo (%)
Espírito Santo	557,00	2.293,00	2.850,00	20
Boa Vista do Cuminã	460,00	1.747,00	2.207,00	21
Jarauacá	528,00	1.592,00	2.120,00	25
Serrinha	826,00	2.558,00	3.384,00	24
Água Fria	414,00	1.444,00	1.858,00	22
Aracuã de Cima	115,00	3.023,00	4.038,00	25
Moura	1.090,00	2.184,00	3.274,00	33
Jamari	446,00	862,00	1.308,00	34
Mãe Cué	318,00	542,00	860,00	37
Abuí	576,00	670,00	1.246,00	46
<b>Total médio</b>	<b>650,00</b>	<b>1.697,00</b>	<b>2.347,00</b>	<b>28</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Obs: VBPC = valor bruto da produção consumida; VBPV = valor bruto da produção vendida; VBP = valor bruto da produção.

A renda familiar média anual das famílias remanescentes de quilombos de Oriximiná se situa em torno de R\$ 2.647,00, valor equivalente a 1,6 salário mínimo mensal<sup>4</sup> e muito próximo da renda média da agricultura familiar estadual, estimada em R\$ 2.500,00 (Costa 2000). A análise da renda média das comunidades revela grandes diferenças. A maior renda encontrada foi de R\$ 5.247,00, na comunidade de Aracuã de Cima e a menor, de R\$ 1.203,00, na comunidade de Jamari. Mesmo desconsiderando-se a renda de Aracuã de Cima cujo valor, bastante superior à média, pode ter sido influenciado pelo tamanho da amostra (apenas três famílias entrevistadas), ainda assim a diferença entre a maior e a menor renda é de 2,6 vezes (Tabela 2).

<sup>4</sup>Para efeito deste cálculo utilizou-se o salário mínimo de 1999, ano da pesquisa, correspondente ao valor de R\$ 136,00.

**Tabela 2. Renda líquida familiar anual média, nas comunidades remanescentes dos quilombos de Oriximiná, 1999.**

Comunidade	Renda familiar (R\$)	Salário mínimo mensal
Espírito Santo	3.530,00	2
Boa Vista do Cuminã	2.655,00	1,6
Jarauacá	2.565,00	1,5
Serrinha	3.827,00	2,3
Água Fria	2.388,00	1,4
Aracuã de Cima	5.247,00	3
Moura	2.895,00	1,8
Jamari	1.203,00	0,7
Mãe Cué	1.431,00	0,8
Abuí	1.685,00	1
Total médio	2.647,00	1,6

Fonte: pesquisa de campo, 1999.

Observa-se também que as rendas mais baixas são de comunidades localizadas na área do Alto Trombetas e, coincidentemente, situadas em áreas de reserva biológica ou de floresta nacional, embora não se possa concluir que as restrições impostas ao uso dessas áreas tenham alguma correlação com esse quadro. Um outro fator a considerar diz respeito à grande distância que essas comunidades guardam em relação a Porto Trombetas e à cidade de Oriximiná, os dois maiores mercados da região, o que desestimularia uma integração mais forte com esses centros comerciais. Nesse sentido, verifica-se que as comunidades de Jamari, Mãe Cué e Abuí, todas no Alto Trombetas, destinam uma fração maior do valor da produção para o autoconsumo, que registrou, respectivamente, 34%, 37% e 46%, conforme evidenciaram os dados da pesquisa.

A comunidade Moura deve ser considerada um caso à parte, pois apesar de integrada à área do Alto Trombetas, apresenta renda familiar superior à média do conjunto das comunidades estudadas. É possível que o desempenho econômico dessa comunidade esteja relacionado a duas ordens de fatores: de um lado a proximidade que guarda em relação ao Porto Trombetas, importante mercado da região, facilitando as transações de compra e venda de produtos agroextrativos e, de outro lado, a diversificação da produção operada nas unidades produtivas com vistas ao mercado. Uma das famílias entrevistadas na comunidade negociou, em 1999, a venda de mais de dez tipos de produtos diferentes, o que bem atesta a diversidade da produção.

Adicionalmente, em razão da proximidade, Porto Trombetas tem se constituído um atrativo mercado de trabalho para as famílias da comunidade, tanto como assalariados permanentes, na Mineração Rio do Norte, como na condição de assalariados temporários, nos serviços eventuais de capinas, limpezas de jardins, etc., demandados pela população residente na área urbana do Projeto, contribuindo, assim, para o incremento na renda dessas famílias.

De acordo com as definições mais aceitas, o nível médio de renda das famílias quilombolas é suficiente apenas para a reprodução simples da força de trabalho. Segundo Silva et al. (1980), para que a unidade de produção possa realizar novos investimentos produtivos, a partir dos resultados econômicos produzidos pela própria produção, torna-se necessário que, pelo menos, a renda bruta por trabalhador ativo, seja superior ao salário mínimo.

Rodrigues (1994) propõe como referência, o valor mínimo de dois salários mínimos mensais de renda bruta familiar. Com essa renda seria possível a manutenção da família e da unidade de produção.

Enquanto Menezes (1998), seguindo a metodologia proposta pelo DAZ<sup>5</sup>, estabelece como referência, para o nível de reprodução simples, um valor agregado (VA) correspondente a um salário mínimo por unidade de trabalho agrícola (UTA).

Contudo, considerando a realidade das unidades quilombolas, essas delimitações precisam ser relativizadas. Aqui, a segurança alimentar das famílias está assegurada; a riqueza dos rios e da floresta lhes garantem o suprimento de proteínas, através dos produtos da caça e da pesca. A produção de farinha e o cultivo de fruteiras lhes garantem o atendimento das necessidades de hidratos de carbono, vitaminas e sais minerais. Por outro lado, para alcançar e manter esse padrão de reprodução, que em princípio lhes satisfaz, as famílias não precisam viver no limite do seu potencial de trabalho ou aumentar a fadiga da força de trabalho. Satisfeitas as necessidades de consumo familiar, no contexto quilombola, a aplicação de unidades adicionais de trabalho perde sua utilidade. Essa lógica faz parte da cultura ancestral dos quilombos. De tal sorte que a reprodução simples, definida por essas delimitações, na realidade quilombola, significa, em termos gerais, uma situação de vida superior à das famílias, com equivalente nível de renda, integradas à agricultura familiar estadual.

## COMPOSIÇÃO DA RENDA

Na composição da renda familiar, os componentes de maior peso são a castanha-do-pará e os produtos derivados da agricultura familiar, com destaque para a farinha de mandioca e a banana (Tabela 3).

---

<sup>5</sup>Curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Agrônoambiental da Universidade Federal do Pará.

**Tabela 3.** Composição da renda familiar média para o conjunto das unidades familiares dos quilombos de Cuiabá, Oriximiná, 1999

Produtos/atividades	Participação relativa (%)
Castanha	20,74
Outros produtos extrativos	10,12
Produtos da agricultura familiar	50,99
Pecuária familiar	0,88
Venda de mão-de-obra	2,90
Salário	9,92
Aposentadoria	4,04
Ajudas	0,41
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Os dados contrariam, de certa forma, a idéia geral do extrativismo e particularmente da castanha-do-pará, como o grande suporte da economia dos quilombos. A participação da castanha-do-pará na renda total da unidade familiar é de 21%, aproximadamente 2,5 vezes inferior à participação dos produtos derivados da agricultura familiar. Considerando-se o conjunto do extrativismo, a participação sobe para 31%, ainda inferior à contribuição da agricultura familiar, situada em 51%.

Deve-se relevar que, na determinação da renda familiar, a metodologia de cálculo utilizada incluiu o valor da produção comercializada e o valor da produção destinada ao autoconsumo. Adiante-se ainda que, por falta de informações mais consistentes, deixou-se de considerar o valor dos produtos da caça e da pesca na renda gerada pelo extrativismo.



Mas de outra parte, a queda na produtividade das castanheiras ao longo do tempo, o aumento da população coletora, a dificuldade de acesso aos castanhaais mais produtivos e a proibição da coleta em áreas de reservas biológicas e florestas nacionais e a exploração do capital mercantil podem, de alguma maneira, estar contribuindo para a redução da participação da castanha-do-pará na composição da renda.

Na verdade, o importante a observar é que ao lado do extrativismo e, mais especificamente, da castanha-do-pará, elementos integrados à identidade étnica e cultural do povo quilombola, a prática da agricultura, desde épocas pretéritas, teve papel de destaque tanto no abastecimento alimentar, como na geração da renda necessária à compra de outros produtos para o consumo familiar dos quilombos. Por exemplo, em 1866, Tavares Bastos, citado por Acevedo Marin & Castro (1993), já comentava a boa qualidade do tabaco produzido pelos quilombos.

Os dados da Tabela 3 mostram-se extremamente reveladores quanto a um aspecto fundamental da realidade da unidade familiar dos quilombos. Trata-se do grau de dependência da composição da renda em relação às transferências externas, que pode se constituir em indicador de grande peso na sua (in) sustentabilidade econômica (Costa, 1995). Verifica-se que os ganhos e rendas obtidos fora da unidade de produção representam apenas 17% da renda total, significa dizer que 83% da renda líquida familiar são gerados no interior da unidade familiar, derivados do extrativismo e da agricultura familiar, refletindo uma situação bastante positiva para a sustentabilidade econômica dessas estruturas familiares.

## COMPOSIÇÃO DA RENDA POR COMUNIDADE

Na Tabela 4, é mostrada a composição da renda familiar por comunidade.

**Tabela 4.** Participação relativa(%) dos produtos e atividades na composição da renda líquida familiar, por comunidade pesquisada, 1999.

Produtos / atividades	Comunidades									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Castanha	19,75	25,48	14,09	3,24	15,71	7,19	34,17	22,09	15,07	23,06
Outros extrat.	2,92	7,10	6,39	1,12	5,46	12,48	17,10	27,80	12,41	3,21
Agr. familiar	55,62	51,33	59,64	58,59	54,60	34,06	43,02	46,28	51,13	54,76
Pecuária	0,74	1,20	-	6,51	-	-	-	-	-	-
Venda de MO	7,13	1,57	9,60	-	2,54	1,034	1,24	3,83	2,04	1,09
Salário	-	4,67	10,28	21,79	20,54	45,24	-	-	19,35	17,88
Aposentadoria	13,84	8,77	-	5,20	-	-	4,47	-	-	-
Ajudas	-	-	-	3,56	1,15	-	-	-	-	-
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Obs:

1 - Espírito Santo; 2 - Boa Vista do Cuminã; 3 - Jaraucá; 4 - Serrinha; 5 - Água Fria; 6 - Aracuã de Cima; 7 - Moura; 8 - Jamari; 9 - Mãe Cué; 10 - Abul.

A análise evidencia diferenças entre as comunidades, com relação a participação da castanha-do-pará, e dos outros produtos extrativos na composição da renda. No caso da castanha-do-pará, essa participação varia de 3%, na comunidade de Serrinha a 34%, na comunidade de Moura. Considerando-se os outros produtos extrativos, a variação vai de 1%, na comunidade de Serrinha, a 28%, na comunidade de Jamari. Este comportamento diverso das comunidades em termos da participação do extrativismo na composição da renda pode expressar as dificuldades maiores ou menores, enfrentadas por essas comunidades na atividade, manifestadas quer pela distância dos castanhais, produtividade dos castanhais, estoque de outros produtos para extração (copaíba, andiroba, breu, sementes, cipós, madeira, açaí, entre outros), etc.

Por outro lado, a diferenciação entre as comunidades é menos acentuada, com relação à participação da agricultura familiar na composição da renda. Desconsiderando-se a comunidade de Aracuã de Cima, pela possibilidade de o tamanho da amostra (apenas três famíli-

as entrevistadas) estar interferindo no resultado, a variação situa-se entre 43%, na comunidade de Moura, a 60%, na comunidade de Jarauacá. Esta diferenciação, menos acentuada entre as unidades, pode resultar não apenas da importância dos produtos derivados da agricultura familiar na segurança alimentar, mas também da preocupação das famílias em complementar a renda, pela via de maior participação no mercado, através desses produtos.

Outro aspecto a observar diz respeito à participação da pecuária familiar. Esta atividade é bastante incipiente entre os quilombos, possivelmente até por uma questão cultural, na medida em que a formação de pastagens implica na derrubada da floresta, fonte de riquezas e segurança de sobrevivência das famílias. Nesse sentido, a pecuária familiar é mais freqüente nas comunidades que dispõem de pastagens nativas em áreas de várzea, em alguns casos em projetos comunitários. Entre as comunidades estudadas, a pecuária tem maior destaque na comunidade de Serrinha, participando com 7% da renda familiar, superior à participação do extrativismo.

Adicionalmente, o estudo da composição da renda por comunidades permite ainda mostrar a importância da participação relativa dos salários. Sem considerar a comunidade de Aracua de Cima, por razões referidas anteriormente, cuja participação dos salários na renda familiar chega a 45%, nas demais comunidades pesquisadas, onde o componente salário está presente na formação da renda, a participação relativa varia entre 5% a 22%, de certa forma expressiva quando se considera o modo de vida nessas comunidades quilombolas e sua localização. A implantação do projeto da Mineração Rio do Norte, no Trombetas, a interiorização da ação pública municipal e estadual, através de contratação de pessoas das comunidades como professoras das escolas locais, auxiliares de saúde, etc., deve ter contribuído de algum modo na conformação desse quadro atual.

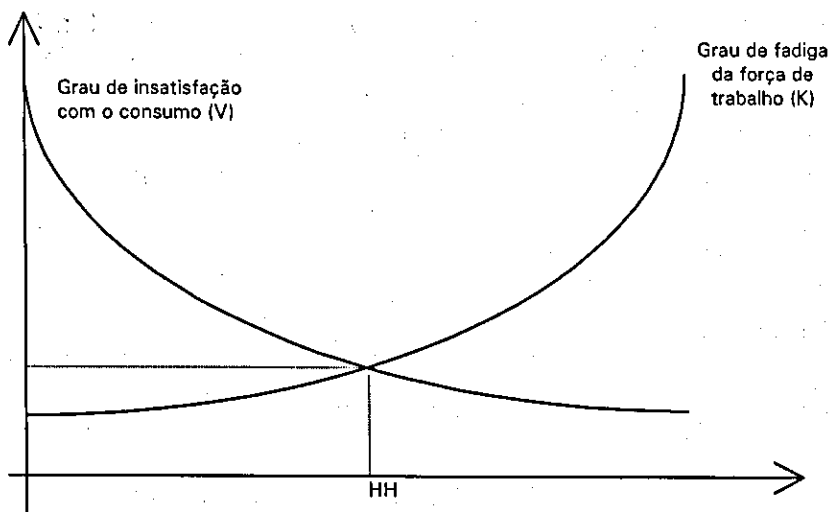
As aposentadorias também já começam a fazer parte da renda familiar em algumas das comunidades estudadas. A maior participação de aposentadorias na formação da renda familiar foi de 14%, identificada na comunidade de Espírito Santo e a menor, 4%, na comunidade de Moura. A tendência é de ampliação dessa participação, tendo em vista o aprimoramento das organizações representativas dos quilombos.

## A MÃO-DE-OBRA FAMILIAR QUILOMBOLA

O desenvolvimento das atividades produtivas, nas comunidades remanescentes dos quilombos de Oriximiná, é realizado integralmente com o uso da força de trabalho familiar. Aqui, praticamente não existe mão-de-obra assalariada, configurando a situação de uma economia sem assalariamentos.

A unidade de produção quilombola enquadra-se perfeitamente no modelo do equilíbrio consumo/trabalho proposto por Chayanov (1974), conforme a Fig. 1.

Segundo esse modelo, a unidade de produção familiar orienta-se, internamente, por duas forças que se desenvolvem em sentidos contrários. Uma é representada pela insatisfação com o consumo ( $v$ ) e a outra pela fadiga da força de trabalho ( $k$ ) as quais, a um determinado nível de consumo e trabalho, tendem a determinar um ponto de acomodação ou de equilíbrio ( $H_e$ ). Significa dizer o preenchimento de um orçamento que satisfaz as necessidades de consumo da família. Ampliando-se o consumo, amplia-se também o volume de trabalho necessário à obtenção de um novo orçamento. Enquanto as necessidades de consumo não forem supridas, sempre haverá disposição para um esforço adicional de trabalho, porém à proporção que tais necessidades vão sendo satisfeitas, essa disposição diminui. Assim, a valorização do trabalho será tanto maior, quanto mais longe estiver a unidade familiar de atingir a satisfação de seus requerimentos de consumo. Quando esse nível de consumo familiar é alcançado, o valor atribuído a cada unidade adicional de trabalho é cada vez menor.



**Fig. 1.** Relação entre os graus de fadiga da força de trabalho e insatisfação pelo consumo para cada nível de aplicação de trabalho.

Fonte: Costa (1993).

Nesse sentido, o tamanho e a composição da família são fatores determinantes do nível de atividade na unidade de produção familiar quilombola.

## TAMANHO E COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

Na amostra estudada, a família média quilombola é constituída por aproximadamente seis pessoas entre homens, mulheres e crianças, próximo da média estadual, estimada em cinco pessoas por família (Tabela 5).

**Tabela 5.** Tamanho e composição médios de uma família quilombola de Oriximiná, 1999.

Composição	Número médio	Participação relativa (%)
Homens	1,74	30
Mulheres	1,42	24
Crianças de 8-14 anos	0,83	14
Crianças < de 8 anos	1,83	31
<b>Total médio</b>	<b>5,58</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Castro et al. (1999), em pesquisa realizada em 1998, em seis das dez comunidades estudadas neste trabalho, identificou que a idade média dos chefes de família era de 44 anos e que 55% dos filhos estavam com idade entre 14 a mais de 21 anos, indicando que mais da metade estava apta para o trabalho normal da unidade de produção (Tabela 6).

**Tabela 6.** Distribuição média dos filhos por faixa etária nas famílias quilombolas de Oriximiná, 1999.

Faixa etária	Freqüência relativa (%)
0 a 7anos	22
7 a 14 anos	23
14 a 21anos	28
> 21 anos	27
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Bonnal et al. (1994), estudando idade, capacidade de produção e necessidade de consumo das famílias de pequenos e médios produtores no Município de Silvânia, Goiás, identificou que nas famílias, cujo chefe estava na faixa etária entre 40 e 60 anos, os filhos eram numerosos e tinham, em geral, mais de 14 anos, dedicando-se em tempo integral ou parcial às atividades de produção. Identificou ainda que, na composição da família, a relação entre consumidores (dependentes) e trabalhadores ativos (C/W), era elevada e se situava entre 0,6 a 1.

No caso das famílias descendentes de quilombos, considerando-se os filhos na faixa etária de 0-14 anos, na condição de apenas consumidores (ou dependentes) e os filhos com idade entre 14 a mais de 21 anos, juntamente com os pais, na condição de trabalhadores ativos, pode-se concluir que pelo menos 55% dos componentes da família são trabalhadores ativos e 45% são consumidores, ou seja, não contribuem ou pouco contribuem com o seu trabalho na geração da produção. Isto implica em uma relação consumidor/trabalhador bastante favorável, correspondente a 0,8. Significa dizer que a composição e o tamanho da família entre os quilombos têm reflexos positivos na estrutura de produção da unidade familiar.

## UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR

Na amostra pesquisada a unidade de produção familiar apresenta, em termos médios, uma potência de trabalho correspondente a 3,42 homens/equivalentes ou aproximadamente 1.027 dias/homem. A distribuição desse tempo potencial de trabalho em diferentes atividades dentro e fora da unidade de produção pode ser melhor observada na Tabela 7.

**Tabela 7. Mão-de-obra total existente, mão-de-obra total utilizada e mão-de-obra total disponível para novos investimentos, nas unidades familiares dos quilombos de Oriximiná, 1999 (valores médios).**

indicadores	D/H	%
Mão-de-obra familiar total existente na unidade produtiva	1.027	100
Mão-de-obra familiar utilizada na unidade produtiva	557	54
Na agricultura familiar	383	37
Na extração de castanha	140	14
Na extração de outros produtos da floresta	34	3
Mão-de-obra familiar utilizada fora da unidade produtiva	32	3
Venda de mão-de-obra	10	1
Emprego	22	2
Mão-de-obra familiar total utilizada dentro e fora da unidade produtiva	589	57
Total de mão-de-obra familiar disponível na unidade produtiva para novos investimentos	438	43

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Obs: D/H - dia/homem.

Pode-se observar que o total de mão-de-obra utilizada no interior da unidade familiar de produção alcança 557 dias/homem, correspondendo a 54% da força de trabalho total existente na unidade. Desse total, as atividades ligadas à agricultura familiar absorvem 383 dias/homem ou 37%; enquanto as operações relativas à extração de castanha-dopará consomem apenas 140 dias/homem; algo em torno de 14%; a extração de outros produtos da floresta absorve 34 dias/homem, equivalente a 3% da disponibilidade total de mão-de-obra na unidade.



De outra parte, a mão-de-obra total utilizada fora da unidade produtiva chega a 32 dias/homem, significando apenas 3% do total disponível, distribuídos da seguinte maneira: venda de mão-de-obra, 10 dias/homem ou 1% e emprego, 22 dias/homem, correspondente a 2%.

Somando-se o tempo de trabalho empregado nas atividades realizadas dentro e fora da unidade de produção, obtém-se um total de 589 dias/homem, equivalente a 57% de toda a potência de trabalho existente na unidade. Considerando-se que o tempo de trabalho total existente na unidade familiar quilombola é de 1.027 dias/homem, subtraindo-se deste o tempo de trabalho utilizado dentro e fora da unidade, chega-se a um resultado de 438 dias/homem, nada menos que 43% da força de trabalho total existente. Este saldo corresponde ao tempo de trabalho disponível para novos investimentos. Ou seja, representa um fundo restante de força de trabalho, disponível na unidade, que pode ser utilizado pela família no desenvolvimento de novas atividades.

Deve-se adiantar que, por falta de informações mais completas, deixou-se de considerar o tempo gasto nas atividades de caça e pesca. Desse modo, é possível considerar-se alguma redução no fundo restante de força de trabalho, fato que, todavia, não compromete o resultado obtido.

## UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA POR COMUNIDADE

Em nível de comunidade, a análise permite evidenciar as diferenças entre as unidades familiares em termos da potência de trabalho, da repartição do tempo de trabalho entre as diferentes atividades e do tempo de trabalho restante para novos investimentos (Tabela 8).

O conhecimento mais individualizado das comunidades com relação ao fator trabalho configura-se importante na medida em que possibilita a definição de projetos/atividades mais compatíveis com as especificidades da comunidade considerada, do ponto de vista da potência e do uso da força de trabalho.

**Tabela 8. Mão-de-obra total existente, mão-de-obra total utilizada e mão-de-obra total disponível para novos investimentos, nas unidades familiares quilombolas, agrupadas por comunidade, 1999. (dados médios)**

Indicadores (D/H)	Comunidades									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
MOT existente na Unidade produtiva	1.320	1.388	870	660	1.250	1.275	1.020	720	825	930
MO utilizada na Unidade	861	696	396	265	608	435	606	474	439	584
Agricultura familiar	637	516	323	215	483	206	312	306	220	504
Castanha-do-pará	196	165	63	46	124	221	165	147	212	78
Outros extrativos	28	15	10	4	1	8	129	21	7	2
MO utilizada fora da Unidade	9	4	39	60	57	125	7	18	66	46
Venda de MO	9	4	39	-	7	15	7	18	6	2
Emprego	-	-	-	60	50	110	-	-	60	44
MOT utilizada dentro e fora da Unidade	870	700	435	325	665	560	613	492	505	630
MO disponível na Unidade para novos investimentos	450	688	435	335	585	715	407	228	320	300

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Obs: MO - mão-de-obra; MOT - mão-de-obra total; D/H - dia/homem.

1 - Espírito Santo; 2 - Boa Vista do Cuminã; 3 - Jarauacá; 4 - Serrinha; 5 - Água Fria; 6 - Aracuaá de Cima; 7 - Moura; 8 - Jamarí; 9 - Mãe Cué; 10 - Abul.

De acordo com os dados da Tabela 8, a potência de trabalho existente nas unidades familiares não apresenta grandes variações entre as comunidades. A comunidade onde as unidades apresentam maior potencial de trabalho é Boa Vista do Cuminã, registrando média de 1.388 dias/homem, enquanto as unidades da comunidade de Serrinha são as que apresentam menor potencial de trabalho, com 660 dias/homem. Das dez comunidades estudadas, em cinco as unidades familiares apresentam força de trabalho abaixo da média verificada para amostra, que registrou 1.027 dias/homem: Jarauacá, com 870 dias/

homem; Serrinha, com 660; Jamari, com 720; Mãe Cué, com 825 e Abuí, onde as unidades contam com uma força de trabalho média de 930 dias/homem.

O importante a considerar é que esta aparente inferiorização, com relação ao volume de trabalho disponível, não se mostrou limitante ao desenvolvimento das atividades produtivas dessas unidades, que ainda dispõem de um fundo restante de força de trabalho variando entre 32 a 51% da potência total de trabalho existente.

Verifica-se que em 50% das comunidades estudadas, as unidades apresentam tempo de trabalho, aplicado nas atividades produtivas (agricultura e extrativismo), acima da média observada para o conjunto das 98 unidades familiares pesquisadas, que foi de 557 dias/homem ou 54% do total da força de trabalho existente. Em termos absolutos, a comunidade de Espírito Santo é onde se localizam as unidades familiares que utilizam maior volume de trabalho nas atividades produtivas, registrando 861 dias/homem; na comunidade de Serrinha, encontram-se as unidades com a menor aplicação de trabalho nas atividades de produção, 265 dias/homem, em valores absolutos. Entretanto em termos relativos, a comunidade de Jamari apresenta a maior aplicação de trabalho na atividade agroextrativa, com 66% da sua força de trabalho; enquanto Aracuã de Cima é a comunidade que menos investe em trabalho, registrando 34% da força de trabalho, em valores relativos.

Com relação à utilização de trabalho na agricultura familiar, considerando-se a média de 383 dias/homem ou 37% da força de trabalho total existente, verificada na amostra, as comunidades evidenciam diferenças em razão das especificidades das unidades familiares que conformam sua base produtiva.

Das dez comunidades amostradas seis apresentam, em termos absolutos, um volume de trabalho, aplicado na agricultura familiar, abaixo da média: Jarauacá, com

323 dias/homem; Serrinha, com 215; Aracuã de Cima; 206; Moura, 312; Jamari, 306 e Mãe Cué, com 220 dias/homem. Por outro lado, em termos relativos, encontram-se abaixo da média as comunidades: Serrinha, com aplicação de 33% da força de trabalho; Aracuã de Cima, com 16%; Moura, 31% e Mãe Cué, com 27% da potência de trabalho.

Merece referência também o volume de trabalho carreado para a extração da castanha-do-pará. Neste caso, observa-se que, em comparação à média determinada, de 140 dias/homem ou 14% da força de trabalho existente, para o conjunto das unidades componentes da amostra, apenas quatro comunidades situam-se abaixo da média: Jarauacá, com 63 dias/homem aplicados na atividade de extração da castanha-do-pará; Serrinha, com 46; Água Fria, 124 e Abuf, com 78, em valores absolutos. Em termos relativos, encontram-se abaixo da média verificada, as comunidades: Boa Vista do Cuminã, cujas unidades produtivas mobilizam para a extração da castanha-do-pará 12% da sua força de trabalho; Jarauacá, 7%; Serrinha, 7%; Água Fria, 10% e Abuf, 8% do potencial de trabalho.

A Tabela 8 ainda mostra que a mobilização da força de trabalho para atividades fora da unidade, embora em termos médios represente apenas 32 dias/homem ou 3% da mão-de-obra disponível, apresenta diferenças entre as comunidades. Nesse sentido, seis comunidades utilizam fração da força de trabalho em outras atividades, de natureza não-agrícola e não-extrativa, superior à média verificada: Jarauacá, 39 dias/homem; Serrinha, 60; Água Fria, 57; Aracuã de Cima, 125; Mãe Cué, 66 e Abuf, 46 dias/homem, em valores absolutos. Em termos relativos essas comunidades também situam-se acima da média considerada: Jarauacá, com utilização de 5% da força de trabalho; Serrinha, com 9%; Água Fria, 5%; Aracuã de Cima, 10%; Mãe Cué, 8% e Abuf, 5% da potência de trabalho.

Finalmente, os dados referentes à mão-de-obra disponível passível de mobilização para novos investimentos em trabalho, isto é, para a implantação e desenvolvimento de novas atividades ou alternativas econômicas, demonstram que em diferentes graus as unidades produtivas apresentam, em todas as comunidades estudadas, mão-de-obra extra para trabalho adicional.

Tendo-se em conta a média encontrada para o conjunto das unidades pesquisadas, equivalente a 438 dias/homem ou 43% do total da força de trabalho, pode-se dizer que em seis comunidades o saldo restante de mão-de-obra das unidades familiares situa-se abaixo da média: Jarauacá, com 435 dias/homem (praticamente na média); Serrinha, com 335; Moura, 407; Jamari, 228; Mãe Cué, 320 e Abuí, 300 dias/homem. Traduzindo-se em valores relativos verifica-se que cinco comunidades encontram-se abaixo da média considerada: Espírito Santo, força de trabalho potencial equivalente a 34% do trabalho total existente; Moura, com 40%; Jamari, com 32% Mãe Cué, 39% e Abuí com 32%.

Tais evidências servem para demonstrar que, mesmo posicionadas abaixo da média, os fundos restantes de força de trabalho nestas comunidades não deixam de ser expressivos e, portanto, capazes de atender a novos requerimento de trabalho adicional.

## DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA UTILIZADA

De acordo com a Fig. 2. o nível de utilização da mão-de-obra, ao longo do ano permanece abaixo do potencial disponível.

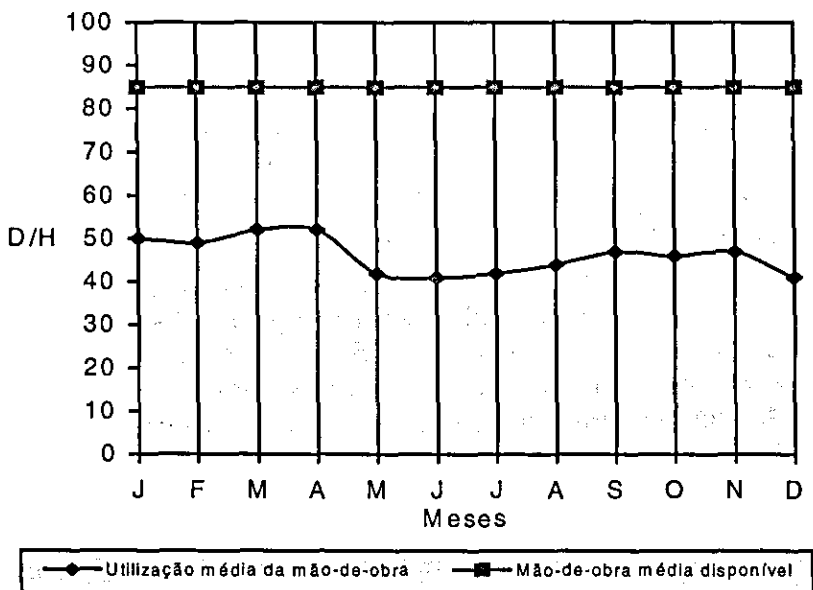


Fig. 2. Distribuição média da mão-de-obra familiar nas unidades familiares quilombolas de Oriximiná, 1999.

Verifica-se que no período de janeiro a abril ocorre um pequeno incremento na utilização da mão-de-obra, possivelmente em função da safra da castanha-do-brasil que, em geral, se realiza de janeiro a maio. A partir daí, a força de trabalho é mobilizada para as atividades na agricultura familiar e extração de outros produtos da floresta, contudo de forma menos intensiva.

Considerando-se que a potência de trabalho da unidade familiar quilombola é de 3,42 homens equivalentes ou 1.027 dias/homem/ano, é capaz de se dispor, mensalmente, de uma fração de trabalho equivalente a 86 dias/homem, utilizados apenas em parte, configurando-se um saldo de mão-de-obra. Significa dizer, um fundo restante de força de trabalho, disponível para aplicação em outras atividades.

A variação da utilização da mão-de-obra não apresenta diferenças significativas ao longo do ano, não se registam picos ou quedas bruscas, entretanto essa distribuição pode contribuir na orientação e definição de novas atividades nas comunidades quilombolas.

Um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à natureza das atividades ou da tecnologia a ser utilizada: se poupadora ou demandadora de mão-de-obra. Neste caso, embora a disponibilidade de mão-de-obra permita apontar para a irrelevância de se assumir um dos dois atributos, convém atentar para os padrões comportamentais e culturais dos quilombos de aversão à penosidade do trabalho.

O outro aspecto refere-se ao espaço de inserção de novos projetos e atividades. Pode-se visualizar pela Fig. 2 que a implantação de atividades adicionais deve ser orientada no sentido de compatibilizar o período de maior demanda de mão-de-obra das atividades propostas, com o período de menor demanda de trabalho nas unidades familiares quilombolas que, no caso, prolonga-se de maio a dezembro, evitando-se o período de janeiro a abril, que coincide com a safra da castanha-do-pará.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os descendentes de quilombos, com o seu modo de vida particular, têm conseguido manter, até aqui, a sustentabilidade econômica e ecológica de suas comunidades. A riqueza da região, aliada a uma forte herança cultural, parece representar o grande alicerce da permanência, que se prolonga há mais de um século, do povo quilombola, nesse domínio conquistado pelos seus antepassados.

Contudo, torna-se visível que o exercício pleno desse modo de vida, pela redução do isolamento das épocas passadas, tende a sofrer interferências pela pressão de ocupação sobre seu território. A demarcação de suas terras, antes desnecessária, hoje configura-se importante para circunscrever a posse e definir a propriedade, permitindo assim que as famílias quilombolas possam continuar a compartilhar coletivamente os recursos que a natureza oferece. Mas essas adaptações necessárias, por conta do ambiente social diverso onde a comunidade quilombola se insere e se reproduz, não parece ameaçar a preservação dos seus valores e da sua cultura.

A renda líquida familiar, identificada nas comunidades remanescentes de quilombos, permite apenas um nível de reprodução simples, sugerindo a necessidade de reestudo das estratégias de produção e/ou introdução de alternativas capazes de promover o aumento da renda e da melhoria das condições de vida das famílias.

Por outro lado, a utilização da mão-de-obra nas atividades produtivas das unidades familiares quilombolas não esgota o total da força de trabalho familiar existente, estabelecendo-se um saldo de mão-de-obra, ou seja, um fundo restante de força de trabalho que pode ser utilizado em novas atividades.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, R.E.; CASTRO, E.M.R. Os negros do Trombetas: guardiãs de matas e rios. Belém: UFPA-NAEA, 1993. 261p.
- ALDEN, D. O significado da produção de cacau na Região Amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada. Belém: UFPA-NAEA/FIPAM, 1974. 90p.
- BONNAL, P.; CLEMENT, D.; GASTAL, M.L.; XAVIER, J.H.V. Os pequenos e médios produtores do Município de Silvânia – Estado de Goiás: características gerais e tipologia das explorações. Planaltina: Embrapa – CPAC/EMGOPA/EmaterGO, 1994. 87p.
- CASTRO, C.B.; VILAR, R.R.L.; ALVES, R.N.B.; SANTOS, W.N.M. dos; CORRÊA, J.R.V.; MARQUES, L.C.T.; MENEZES, A.J.E.A. de; Caracterização da agricultura familiar nas comunidades remanescentes dos quilombos de Oriximiná: relatório de pesquisa. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. 26p.
- CHAYANOV, A.V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 339p.
- COSTA, F. de A. Agricultura familiar em Capitão Poço: relatório de pesquisa. Belém: UFPA-NAEA, 1995. 58p.
- COSTA, F. de A. Contextos, impactos e efeitos econômicos do FNO-Especial, no Estado do Pará. In: TURA, L.R.; COSTA, F. de A. org. Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará. Fase, 2000. p.225-269.
- COSTA, F. de A. O investimento camponês: considerações teóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPEC, 1993. v.2, p.459-483.

- COSTA, F. de A. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. **Cadernos do NAEA**, Belém, n.12, p.5-48, 1994.
- COSTA, F. de A. Reprodução, tensão e mudança: elementos para uma economia política da agricultura familiar no capitalismo. In: **WORKSHOP TEÓRICO ECONOMIA POLÍTICA NA AGRICULTURA**, 1996, Campinas. Anais. Campinas: USP-FEA/UNICAMP-IE, 1996. p.23-43.
- HOMMA, A.K.O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. Belém: Embrapa-CPATU/Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202p.
- MENEZES, A.J.E de A. Economia de um estabelecimento agrícola em Nova Canaã, microrregião de Marabá. Belém: UFPA-Centro Agropecuário/DAZ, 1998. 30p. Monografia de conclusão de curso.
- RODRIGUES, A. dos S. Um método prático/expedito de tipificação. In: IAPAR (Londrina, PR): **Treinamento em validação e difusão de tecnologias para o manejo sustentável de solos de savanas. 4. Validação e difusão de tecnologias conservacionistas**. Ponta Grossa: IAPAR/IICA-Pocitrópicos, 1994. p.32-35.
- SILVA, J.G. da; KAGEYAMA, A.A.; SIMON, E.J.; SOUZA, F.G.A.; PINHEIRO, F.A.; MEDEIROS, L.S. de; ANTUNIASSI, M.H.R.; PEREIRA, S.M.P. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980. 240p.
- SUDAM - Projeto de Hidrologia e Climatologia da Amazônia. (Belém, PA). **Atlas Climatológico da Amazônia Brasileira**. Belém, 1984. 125p. (Sudam. (Publicação 39).

**VENTURIERI, A.; WATRIN, O. dos S.; VALENTE, M.A.; CAMPOS, A.G.S.; SILVA NETO, P.S. Zoneamento agroecológico nas terras quilombolas Trombetas e Erepecuru. Oriximiná: ARQMO/Comissão Pró-Índio de São Paulo/Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 46p.**



---

*Amazônia Oriental*

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

*Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/n, Caixa Postal 48*

*Fax (91) 276-9845, Fone: (91) 299-4544*

*CEP 66095-100, Belém, PA*

*[www.cpatu.embrapa.br](http://www.cpatu.embrapa.br)*

**1 1 1 4 2 4**

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
E DO ABASTECIMENTO**

